

Apresentação

APRESENTAÇÃO

Nos últimos três anos, além de seus tradicionais *volumes regulares* da Revista de Direito da Procuradoria Geral, foram editados *volumes especiais*. Alguns dedicados ao aprofundamento de tema de particular relevância para o Estado do Rio de Janeiro (como o volume dedicado aos *royalties* do petróleo). Outros à compilação e sistematização de material disperso, cujo conjunto seja importante para o registro da história da Procuradoria, além de interessar ao público em geral (caso da publicação das provas dos concursos para Procurador do Estado, desde o 1º, que remonta a 1962, até o 16º, concluído em 2010). Por fim, volumes que prestam homenagem a personalidades cuja contribuição para a Casa tenha sido especialmente significativa.

Nesta última categoria – a dos especiais com finalidade de homenagem – está a revista dedicada à memória do Procurador do Estado Marcos Juruena Villela Souto, querido colega, grande Advogado Público e notável autor, que nos deixou em 2010.

Agora, edita-se um novo volume especial, com características diferentes: trata-se de uma coletânea de artigos doutrinários, transitando por quase todos os temas fundamentais do Direito Administrativo – ramo do Direito fortemente ligado às funções institucionais da Procuradoria.

De certa forma, este volume é um legado de Marcos Juruena Villela Souto. Isto porque resulta da profícua parceria entre a Procuradoria Geral do Estado e o IDAERJ - Instituto de Direito Administrativo do Estado do Rio de Janeiro, um sonho que Marcos colocou em prática e viu realizado, e que permanece em plena atividade. O IDAERJ é um grupo que reúne a nata dos administrativistas do Estado, mas que mantém o caráter aberto, generoso e democrático de seu idealizador: dele também participam jovens juristas, ainda no início de sua vida profissional e acadêmica, mas cujo talento, interesse e dedicação os levam a integrar as atividades do Instituto, voltadas para o estudo, pesquisa e aperfeiçoamento do Direito Administrativo.

Uma das principais atividades do IDAERJ, que já se transformou em referência nacional, é o congresso que se realiza a cada ano na cidade do Rio de Janeiro – inicialmente na Fundação Getúlio Vargas; e, nos últimos quatro anos, no Auditório Machado Guimarães, da Procuradoria Geral do Estado –, do qual participam, além dos membros do Instituto, também administrativistas oriundos de outros Estados do Brasil, como palestrantes, painelistas ou conferencistas convidados. Cada congresso é estruturado em torno de um eixo temático central, que se desenvolve e aprofunda com as intervenções orais, resultando sempre num evento de alto nível científico e num rico debate, que atrai um público cada vez mais numeroso.

Os artigos que integram este volume são, em sua maioria, resultantes do VI Congresso do IDAERJ, que se realizou em outubro do ano passado, com a coordenação geral do Procurador do Estado José Carlos Vasconcellos dos Reis, sobre a temática “Administração Pública e risco: a gestão da incerteza na atividade estatal”. O evento homenageou o Prof. Diogo de Figueiredo Moreira Neto, Procurador do Estado e

Presidente de Honra do IDAERJ, em razão de seus 80 anos, completados em 2013. E, com isso, o presente volume especial é também uma homenagem a ele, como desdobramento daquele congresso.

No auge da maturidade e da produção intelectual, Diogo é uma das grandes referências da Procuradoria. Membro e Presidente da Banca de Direito Administrativo de nosso Concurso para Procurador do Estado – um dos mais disputados do país –, professor e conferencista requisitado e reconhecido nacional e internacionalmente, com extensa obra doutrinária, hoje não há como pensar o Direito Administrativo sem a referência a Diogo de Figueiredo Moreira Neto.

O resgate da juridicidade por sobre uma legalidade estrita (muitas vezes desconectada das necessidades práticas da Administração e do efetivo atendimento do interesse público); a colocação da discricionariedade em seus devidos termos (inclusive no que tange a suas limitações constitucionais); a didática análise dos diversos momentos do exercício do poder de polícia; o estudo detalhado e profundo das várias espécies de atos, contratos e pactos celebrados pela Administração Pública; o desbravamento de novos setores do Direito Administrativo, afetos às necessidades da sociedade contemporânea; a valorização da consensualidade sobre a imperatividade estatal; a moderna visão do princípio da separação de poderes e da função de controle do Estado, com o desenvolvimento dos chamados contrapoderes; a ideia de transadministrativismo... Enfim, a contribuição de Diogo para o Direito Administrativo contemporâneo é enorme, e tem sido verdadeira fonte de inspiração para outros autores e estímulo para o surgimento de novos estudiosos e pesquisadores da matéria. Entre os seus “filhos intelectuais” estava o próprio Marcos; e estão, hoje, tantos jovens autores, muitos dos quais participantes desta coletânea.

Este volume especial da Revista de Direito reafirma, assim, o papel da Procuradoria como um centro de produção e difusão do conhecimento jurídico, particularmente do Direito Administrativo. Os trabalhos, reunidos em torno da temática central “Administração Pública, Risco e Segurança Jurídica” formam uma coletânea ímpar, que permanecerá como fonte de consulta, pesquisa e reflexões para os interessados nessa matéria cada vez mais complexa, haja vista a necessidade de acompanhar, com soluções criativas, as constantes mutações do Estado e da própria sociedade.

A revista é aberta com um artigo do próprio homenageado, Diogo de Figueiredo Moreira Neto, ao qual se seguem dois textos de autores estrangeiros, mas que se filiam a uma mesma escola, a uma mesma “espinha dorsal” na forma de pensar o Direito Administrativo, que remonta a Eduardo García de Enterría: um Direito Administrativo democrático, comprometido com a efetividade dos valores e princípios constitucionais e com a realização do interesse público e o atendimento das reais necessidades da sociedade contemporânea. Ao texto do nosso Diogo, seguem-se os de Germán Fernández Farreres e de Juan Carlos Cassagne, Professores Catedráticos da Universidade Complutense de Madri e da Universidade de Buenos Aires, respectivamente, nomes de projeção internacional e que exercem sensível influência sobre a doutrina brasileira do Direito Público.

Agradeço, nesta oportunidade, além dos já citados, também a todos os autores que generosamente franquearam seus textos para esta obra tão significativa, que vem honrar o verdadeiro patrimônio cultural que a nossa Revista de Direito representa no cenário jurídico nacional: Alexandre Santos de Aragão, Carlos Ari Sundfeld, Fábio Medina Osório, Felipe Derbli, Fernando Barbalho Martins, Flávio Amaral Garcia, Flávio de Araújo Willeman, Gustavo Binenbojm, Jessé Torres Pereira Júnior, José Carlos Vasconcellos dos Reis, Laone Lago, Leonardo Coelho Ribeiro, Leonardo Mattietto, Luciane Moessa de Souza, Mariana Montebello Willeman, Odete Medauar, Patrícia Sampaio, Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Rafael Vêras de Fritas, Sérgio de Andréa Ferreira, Sérgio Guerra, Thiago Araújo e Vanice Regina Lirio do Valle.

Com este volume especial da Revista de Direito da Procuradoria Geral, espera-se oferecer à sociedade mais uma contribuição para o desenvolvimento e amadurecimento dos estudos e debates sobre o Direito Público, nos moldes do que se pratica na Procuradoria, centrado na efetividade dos direitos fundamentais, na preocupação com a eficiência no atendimento do interesse público e na democracia.

LUCIA LÉA GUIMARÃES TAVARES
Procuradora-Geral do Estado do Rio de Janeiro